



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Edital nº. 02/2018

CONSELHO TUTELAR DE TRÊS RIOS

Nome do Candidato N^o de Inscrição Caderno **ÚNICO**

Cargo Pretendido
CONSELHEIRO TUTELAR DE TRÊS RIOS

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA OBJETIVA

Conhecimentos Específicos:

Estatuto da Criança e do Adolescente

(ECA - Lei Federal nº. 8.069/1990)

INSTRUÇÕES

INSTRUÇÕES GERAIS

- Verifique se este Caderno contém **20 questões**, numeradas de 1 a 20.
 - Caso negativo, reclame ao fiscal um outro caderno de questões;
 - Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe **apenas UMA resposta correta**;
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha uma resposta que responda corretamente ao comando da questão;
- Essa resposta deve ser marcada na **FOLHA DE RESPOSTAS** que você recebeu.
- DESLIGUE O CELULAR. NÃO UTILIZE: EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS, MATERIAIS IMPRESSOS E/OU DE CONSULTA.**

VOCÊ DEVE:

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo e marcar a letra escolhida **conforme o exemplo**: **A** **B** **C** **D** **E**

ATENÇÃO:

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta **preta ou azul**.
- Marque **apenas uma letra para cada questão**, mais de uma letra assinalada implicará anulação da questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta.
- A **duração da prova é de 02 horas**, para responder a **todas as questões objetivas e preencher a Folha de Respostas**.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva a folha de Respostas devidamente preenchida.
- Depois de decorridos 60 minutos do início da Prova é permitido ao candidato levar o Caderno de Questões.**
- Os 3 últimos candidatos deverão sair juntos evitando-se assim a permanência de apenas 1 candidato sozinho com os fiscais de sala.**



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA

01. A Lei nº. 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, estabelece:
- (A) Normas de proteção exclusivamente para crianças com mais de 12 anos de idade;
 - (B) Normas sobre a proteção integral à criança e ao adolescente, garantindo-lhes, entre outras coisas, direitos fundamentais inerentes à pessoa humana;
 - (C) Casos em que é possível a aplicação do Código Penal aos menores de 18 anos;
 - (D) Normas aplicáveis somente aos menores que possuam residência fixa, não sendo possível o Estado garantir os direitos dos menores que não tenham como comprovar residência;
 - (E) Normas de proteção exclusivamente para crianças com menos de 12 anos de idade.
02. De acordo com a Lei Nº 8.069, DE 13 de julho de 1990, é **CORRETO** afirmar que:
- (A) Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade;
 - (B) Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa com até treze anos de idade completos e adolescente aquela pessoa entre treze e vinte e um anos de idade;
 - (C) Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa com até onze anos incompletos, e adolescentes aquela entre doze e dezoito anos de idade;
 - (D) Considera-se criança, a pessoa com mais de 14 anos de idade que apresente comportamento infantil perante a sociedade;
 - (E) Nenhuma das alternativas está correta.
03. Acerca da autonomia do Conselho Tutelar é **CORRETO** afirmar que:
- (A) O Conselho Tutelar possui uma irrestrita autonomia, assimilando-se aos órgãos do Judiciário, porém responsável apenas pelos menores que cometem crimes;
 - (B) O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos na Lei 8.069/90;
 - (C) Possui plena autonomia, uma vez que pode até mesmo prolatar sentenças não judiciais contra adolescentes que não frequentam escolas e cursos com regularidade;
 - (D) Possui autonomia reduzida, devendo somente atuar junto com equipes da Polícia Militar, Polícia Civil e Comissários de Infância e Juventude;
 - (E) Não possui autonomia, em razão de seus membros serem eleitos e, por esta razão, estarem sujeitos às determinações de seus partidos políticos.
04. Sobre a composição e sobre o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar é **CORRETO** afirmar que:
- (A) O Conselho Tutelar é composto por 8 membros que são escolhidos na eleição geral dos municípios;
 - (B) O Conselho Tutelar é composto por 7 membros que são escolhidos dentre os presidentes da Associação de



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Rua Padre Conrado, nº 156 – Centro Três Rios - RJ CEP: 25804-080

Email: casadosconselhos.tresrios.rj@gmail.com

Tel.: (24) 2252-2650



Moradores dos bairros dos municípios;

- (C) O Conselho Tutelar é composto por 05 membros, escolhidos pela população local para um mandato de 04 anos, permitida 01 recondução, mediante novo processo de escolha;
- (D) O conselho Tutelar é Composto por 05 (cinco) membros escolhidos conforme a conveniência do poder judiciário;
- (E) O processo de escolha dos membros do conselho tutelar é realizado anualmente através de processo seletivo para um mandato de 02 anos.
- 05.** São atribuições do Conselho Tutelar:
- (A) Atender as crianças e adolescentes, inclusive, para realização de exame de corpo de delito;
- (B) Atender Crianças e Adolescentes, porém, sem interferir nos casos de violação de direitos, tendo em vista que esta atribuição é exclusivamente exercida pela Polícia Militar;
- (C) Atender e Aconselhar os pais ou responsáveis dos menores, em assuntos relacionados à direitos do Consumidor;
- (D) Executar as sentenças do juiz quando for determinada a prisão do menor, com base no Código Penal;
- (E) Atender e aconselhar os pais ou responsável, aplicando as medidas prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente.
- 06.** Conforme prevê o inciso III, alínea “a” do art. 136 do E.C.A., é atribuição do Conselho Tutelar requisitar serviços públicos junto à alguns órgãos e unidades, **EXCETO**:
- (A) Áreas da Saúde;
- (B) Educação;
- (C) Serviço Social;
- (D) Receita Federal;
- (E) Previdência.
- 07.** Compete ao Conselho Tutelar, promover a execução de suas decisões, podendo para tanto:
- (A) Expedir Certidões de Óbitos e de Nascimentos;
- (B) Prestar serviços públicos de saúde, educação, previdência, consultorias trabalhistas e segurança dos usuários;
- (C) Representar junto à autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações;
- (D) Solicitar ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente autorização para realizar as diligências e acompanhamento dos casos;
- (E) Solicitar que o Ministério Público faça as visitas domiciliares e encaminhe posteriormente relatórios sobre os menores em conflito com a Lei, devendo o Ministério Público realizar tais visitas domiciliares em substituição ao Conselho Tutelar.
- 08.** Compete ao Conselho Tutelar, **EXCETO**:
- (A) Encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente.
- (B) Expedir notificações.
- (C) Requisitar que a vara de família julgue num prazo máximo de 110 dias, os processos que envolvam direito de menores, adolescentes e idosos;
- (D) Providenciar a medida estabelecida pela autoridade judiciária, dentre as previstas no art. 101, de I a VI, para o adolescente autor de ato infracional;
- (E) Assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.
- 09.** As Decisões do Conselho Tutelar podem ser revistas e alteradas:



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Rua Padre Conrado, nº 156 – Centro Três Rios - RJ CEP: 25804-080

Email: casadosconselhos.tresrios.rj@gmail.com

Tel.: (24) 2252-2650



- (A) Pelas Associações de Moradores legalmente constituídas;
- (B) Pelo Poder Legislativo do Município de onde está situado o Conselho Tutelar;
- (C) Pelo Ministério Público do Distrito Federal;
- (D) Somente pela autoridade judiciária a pedido de quem tenha legítimo interesse;
- (E) Todas as alternativas estão corretas.

10. São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar:

- (A) Marido e mulher.
- (B) Ascendentes e descendentes.
- (C) Irmãos.
- (D) Sogro e genro ou nora
- (E) Todas estão corretas.

11. **Custódia** é mãe de Toquinho. Toquinho possui 06 (seis) meses de vida. Custódia encontra-se presa, condenada por ter cometido um ilícito penal.

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente:

- (A) A lei garante à Custódia condições adequadas ao aleitamento materno somente através de mamadeira, exceto se a pena de Custódia for uma medida privativa de liberdade, devendo a criança, neste caso, ser encaminhada obrigatoriamente a uma família substituta;
- (B) O Estatuto da Criança e do Adolescente garante o direito a amamentação de forma exclusiva para a criança abaixo de 06 (seis) meses de vida, sendo que em caso de impedimentos da mãe, como no caso de estar em estabelecimentos prisionais, deverá ser adotado, como única medida possível, a amamentação através de uma “mãe de leite substituta”;
- (C) Estando Toquinho em fase de amamentação, a prisão de sua mãe é ato ilegal;
- (D) O poder público, as instituições e os empregadores propiciarão condições adequadas ao aleitamento materno,

inclusive aos filhos de mães submetidas a medida privativa de liberdade;

- (E) Compete de modo exclusivo ao Poder Executivo, viabilizar uma “mãe de leite substituta” e adotar medidas que garantam o aleitamento materno.

12. *“Os maus-tratos mais comumente surgem no âmbito familiar, praticados lamentavelmente por aqueles que exercem o poder familiar – pai, mãe, padrasto e madrasta. Podem ocorrer em locais frequentados pela criança ou adolescente, como creche, escola, projeto beneficente, paróquia religiosa, local de trabalho etc. Qualquer que seja o local ou o agressor é necessária a comunicação ao Conselho Tutelar para adoção de providências”. (Estatuto da Criança e do Adolescente, BARROS, Guilherme Freire de Melo, ed. Jus Podivm, 5ª edição, pag.44).*

Em relação às considerações acima destacadas, assinale a assertiva **ERRADA**:

- (A) As situações de suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente devem ser imediatamente comunicadas ao MP e ao juiz da localidade para que somente após autorização expressa destes órgãos o conselho tutelar intervir no caso;
- (B) O estatuto da criança e adolescente define como “infração administrativa” a não comunicação de suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente;
- (C) Os casos de suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais;
- (D) As gestantes ou mães que manifestem interesse em entregar seus filhos para adoção serão obrigatoriamente encaminhadas para a Justiça da Infância e Juventude;



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Rua Padre Conrado, nº 156 – Centro Três Rios - RJ CEP: 25804-080

Email: casadosconselhos.tresrios.rj@gmail.com

Tel.: (24) 2252-2650



- (E) É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.
13. No que tange as especificidades do cargo de Conselheiro Tutelar, julgue os itens a seguir, e assinale a opção **CORRETA**:
- (A) Para candidatar-se a membro do Conselho Tutelar, são exigidos entre outros os seguintes requisitos: reconhecida idoneidade moral e filiação partidária, além de idade superior a 35 (trinta e cinco) anos;
- (B) O processo de escolha dos membros do conselho tutelar é estabelecido por lei estadual Criada pelo Município onde se localiza o Conselho Tutelar;
- (C) Em cada Estado deve haver, no mínimo, um conselho tutelar, composto de 05 (cinco) membros, escolhidos pela comunidade local para mandato de 05 (cinco) anos, permitida reeleição pela quantidade de vezes que o candidato conseguir se eleger para o cargo;
- (D) Não podem servir no mesmo órgão do conselho tutelar somente marido e mulher, ascendentes e descendentes e primo;
- (E) O Conselho Tutelar constitui órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.
14. Sobre a aplicação das Medidas Sócio-Educativas dispõe o Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu artigo 112 que “verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente, as seguintes medidas, **EXCETO**:
- (A) Advertência;
- (B) Prestação de serviços à comunidade;
- (C) Internação em estabelecimento prisional, por prazo indeterminado;
- (D) Liberdade Assistida;
- (E) Inserção em regime de semi-liberdade;
15. Sobre Ato Infracional, podemos afirmar que:
- (A) Criança também pratica ato infracional, mas a elas não são aplicáveis as medidas sócio-educativas, apenas medidas de proteção;
- (B) Somente o adolescente pode ser considerado autor de ato infracional, sendo que para a aplicação de medida semi-educativa a autoridade competente deve observar os princípios da igualdade na relação processual, o direito de ser ouvido pessoalmente pela autoridade competente e a defesa técnica por advogado;
- (C) Praticado por pessoa menor de 11 (onze) anos de idade importará na aplicação de medida de semi-liberdade, designada também como liberdade assistida ou vigiada;
- (D) Somente será punível se o Ato for praticado por adolescente emancipado;
- (E) Praticada por criança ou adolescente importará a aplicação de medida semi-educativa.
16. Acerca do Acesso à Justiça, garantido pelo ECA à toda criança e aos adolescentes assinale a alternativa **INCORRETA**:
- (A) É garantido o acesso de toda criança ou adolescente à Defensoria Pública, ao Ministério Público e ao Poder Judiciário, por qualquer de seus órgãos;
- (B) A assistência judiciária gratuita será prestada aos que dela necessitarem, através de defensor público ou advogado nomeado;
- (C) As ações judiciais da competência da Justiça da Infância e da Juventude não são isentas de custas e emolumentos, sendo aplicado apenas



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Rua Padre Conrado, nº 156 – Centro Três Rios - RJ CEP: 25804-080

Email: casadosconselhos.tresrios.rj@gmail.com

Tel.: (24) 2252-2650



- as isenções nos casos de pagamentos de indenizações em que os menores são condenados a pagar;
- (D) Os menores de dezesseis anos serão representados e os maiores de dezesseis e menores de vinte e um anos assistidos por seus pais, tutores ou curadores, na forma da legislação civil ou processual;
- (E) É vedada a divulgação de atos judiciais, policiais e administrativos que digam respeito a crianças e adolescentes a que se atribua autoria de ato infracional.
17. Compete a autoridade judiciária disciplinar, através de portaria, ou autorizar por alvará a entrada e permanência de criança ou adolescente, desacompanhado dos pais ou responsável em:
- (A) Zoológicos;
- (B) Bailes ou promoções dançantes;
- (C) Cultos religiosos;
- (D) Colégios Militares;
- (E) Atividades em playground de condomínios.
18. Quanto à perda ou suspensão do poder familiar é **INCORRETO** afirmar que:
- (A) O procedimento para a perda ou suspensão do poder familiar terá início por provocação do Ministério Público ou de quem tenha legítimo interesse;
- (B) Havendo motivo grave, poderá a autoridade judiciária, ouvido o Ministério Público, decretar a suspensão do poder familiar;
- (C) A autoridade judiciária, de ofício ou a requerimento das partes ou do Ministério Público, determinará a realização de estudo social ou perícia por equipe interprofissional ou multidisciplinar, visando comprovar a presença de uma das causas de suspensão ou destituição do poder familiar;
- (D) O prazo máximo para a conclusão do procedimento será de 40 (quarenta) dias;
- (E) Em sendo os pais oriundos de comunidades indígenas, é ainda obrigatória a intervenção, junto a equipe profissional ou multidisciplinar, de representantes do órgão federal responsável pela política indigenista.
19. No que tange ao Conselho Tutelar, podemos afirmar quanto à sua competência:
- (A) Não existe regra para fixação de competência para a atuação do Conselho Tutelar, sendo competente, sempre, o conselho tutelar de qualquer comarca que tome conhecimento primeiro de um fato que envolva menor;
- (B) Será determinada de maneira exclusiva e sem exceções, pelo domicílio dos pais ou responsável pelo menor;
- (C) A competência de atuação dos Conselhos Tutelares segue a mesma regra da competência judicial, ou seja, a competência será determinada pelo domicílio dos pais ou responsável e pelo lugar onde se encontra a criança ou adolescente, na falta dos pais ou responsável;
- (D) O local onde se encontra o menor não serve como fundamento para fixação de competência de atuação do Conselho Tutelar;
- (E) Na falta de domicílio dos pais ou responsável do menor, fica prejudicada a atuação do conselho tutelar, que terá de aguardar o aparecimento de informações neste sentido para iniciar sua atuação.
20. Zezim, menor de 17 (dezessete) anos, completaria 18 (dezoito) anos no dia 29/02/2010, sendo que na véspera de seu aniversário, desferiu tiros contra Juca que ficou internado durante 01 (uma) semana, vindo a falecer no dia em que obteve alta hospitalar.
- Considerando tal situação, analise as características da sanção estatal que poderá ser imputada a Zezim:

